



RELATÓRIO DE GESTÃO PARA O ANO DE 2013



alandroal 
Câmara Municipal

www.cm-alandroal.pt

INTRODUÇÃO

O executivo municipal apresenta, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS (DPC)** relativos à Gerência correspondente ao exercício financeiro do ano de 2013.

Nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º do referido diploma legal, os DPC serão apreciados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas até 30 de Abril.

Os DPC foram elaborados segundo as regras e princípios definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), e apresentados conforme estabelece a Resolução 4/2001 - 2. Secção - Tribunal de Contas, de 12 de Julho de 2001 -Instruções 01/2001, alterada pela Resolução 26/2013, de 21 de novembro.

Os DPC correspondem ao exercício do 4º ano do mandato 2010 - 2013 que resultou das eleições de 11 de Outubro de 2009 ao início do mandato em 02 de Novembro de 2009. Não houve alteração integral do executivo.

Para além dos DPC e do presente relatório, consta igualmente um breve documento de avaliação do saneamento financeiro a que o município está sujeito.

O ano de 2013 fica marcado pela continuidade de factos que condicionaram a gestão autárquica:

- Continuado agravamento da situação orçamental, financeira e económica do município, onde, de um modo geral todos os indicadores se agravaram;
- Manutenção da situação de incumprimento dos principais objetivos da política orçamental definida para os municípios quer na legislação de base tradicional (Finanças Locais, Lei, saneamento financeiro), quer na nova legislação de base alterações à política financeira e orçamental por vis da LOE, LCPA).
- O executivo que apresenta este relatório tomou posse em 21 de Outubro de 2013 e procurou de imediato o conjunto de medidas tendentes a inverter a situação que é descrita na apreciação da conta de 2013. Mas, tal matéria será objeto de futuros relatórios. Por agora centremo-nos na conta de 2013.

Do ponto de vista do enquadramento macro económico é de destacar:

- Persistência e agravamento da crise económica e social, repetindo-se uma nova redução do montante das transferências para a autarquia. Durante o mandato foram retirados ao município mais de 2,4 milhões de euros quando comparado com o valor



inicialmente inscrito no Orçamento de Estado de 2010, tal como consta do quadro seguinte.

| ALANDROAL PIE 2010-2013 | | |
|-------------------------|-----------------|------------------|
| 6.252.583,00 € | 6.015.882,00 € | - 236.701,00 € |
| | 5.715.088,00 € | - 537.495,00 € |
| | 5.429.239,00 € | - 823.344,00 € |
| | 5.429.239,00 € | - 823.344,00 € |
| | 22.589.448,00 € | - 2.420.884,00 € |

O Relatório de Gestão traduz, embora de uma forma sucinta, nas suas diversas peças, a execução das prioridades definidas nas Grandes Opções do Plano, bem como a execução orçamental, que refletem o trabalho desenvolvido:

- Dada a antiguidade e o montante da dívida do município existe necessariamente um desfasamento entre a ótica orçamental da despesa que reflete os pagamentos ocorridos no exercício e a execução patrimonial que reflete a ação desenvolvida no próprio ano. Esta situação torna-se mais acentuada na medida em que o município foi objeto de retenções de verbas do PIE ao abrigo do Fundo de Regularização Municipal, através do qual foram pagos 86.558,64€ euros de dívida dos anos de 2002, regularização parcial, já que, não se encontram refletidos nas contas 399.740,57€, que aguardam acordo de regularização entre a IGF e a DGAL. Por outro lado, a execução orçamental reflete igualmente o pagamento de dívidas no montante de 440.330,00 ocorridas em exercícios anteriores resultantes de ações judiciais.
- Independentemente do nível de execução orçamental, a conta na ótica patrimonial reflete, quer a execução do PPI, quer a execução das atividades mais relevantes, quer os custos de funcionamento do exercício, já que foi seguido o princípio da especialização do exercício, dando-se por refletido no balanço todos os direitos (ativo) e obrigações (passivo) do município.

Os dados constantes nos documentos da conta evidenciam um grau de concretização dos objetivos definidos para o mandato, cumprindo-se assim, de forma sustentada os objetivos e prioridades aprovados.

Os constrangimentos diretamente decorrentes da crise e dos que resultam das medidas de restrição, impostas pela sujeição do país às imposições da Troika, nomeadamente, quanto à persistência das regras decorrentes da LCPA, têm tido um efeito negativo no município, sendo certo é que não superou, mais uma vez, quer em matéria de endividamento, os níveis de redução impostos pela Lei do Orçamento de Estado, quer em matéria de fundos

disponíveis, níveis positivos, mantendo assim níveis de incumprimento quanto a estas imposições legais.

De referir que neste quadro, o município foi incapaz de cumprir com os tempos e condições para realização de diversos investimentos comunitários, o que obrigará à reposição de verbas já recebidas, situação que não se encontra refletida ainda no passivo do balanço de 2013.

Nas notas ao balanço e à demonstração de resultados serão esclarecidos os procedimentos, métodos de valorização, níveis de receita e despesa orçamental, bem como, dos resultados e demais elementos de natureza patrimonial que integram a presente conta.

Uma palavra final para os trabalhadores da Câmara, vítimas também das negativas políticas governamentais, porque sem a sua colaboração era de todo impossível desenvolver a atividade municipal e corresponder aos anseios da população.

A Presidente da Câmara,

Maria Che

te

Maria Che *M. Almeida* *J. P. Almeida*

1 - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.1 IDENTIFICAÇÃO

- ✓ Município de Alandroal – Anexo ao relatório

1.2 - Legislação (constituição, orgânica e funcionamento, quando aplicável)

- ✓ O executivo que exerceu funções de 01 de Janeiro até 21 de Outubro de 2013 era composto por:

Presidente

- ✓ João Maria Aranha Grilo

Vereadores

- ✓ Daniel António Nobre Padilha

- ✓ Joaquim José Cuco Galhardas

- ✓ João José Martins Nabais

- ✓ Zélia Rute Coelho Santos

- ✓ O presidente e os vereadores Daniel António Nobre Padilha e Joaquim José Cuco Galhardas exerceram funções em regime de permanência.
- ✓ Não tiveram pelouros atribuídos os vereadores João José Martins Nabais e Zélia Rute Coelho Santos.

Desde 22 de Outubro de 2013 o executivo passou a ter a seguinte composição:

Presidente

- ✓ Mariana Rosa Gomes Chilra

Vereadores

- ✓ Daniel António Nobre Padilha

- ✓ Inácio Joaquim Rosado Germano

- ✓ Manuel José Veladas Ramalho

- ✓ João José Martins Nabais

- ✓ No novo executivo a presidente e os vereadores Daniel António Nobre Padilha e Inácio Joaquim Rosado Germano exercem funções em regime de permanência.
- ✓ Não tiveram pelouros atribuídos os vereadores Manuel José Veladas Ramalho e João José Martins Nabais.
- ✓ O município não dispõe de serviços municipalizados.

- ✓ Não detém participação em empresas do Setor Local. Detém 3,01 % na Empresa Pública Águas do Centro Alentejo, onde o Estado detém a maioria do capital.
- ✓ O município é Associado da ANMP, da CIMAC e Associação de Municípios Portugueses do Vinho.

1.3 - Estrutura organizacional efetiva.

- ✓ A Estrutura e Organização dos Serviços da Câmara Municipal do Alandroal foi aprovada nos termos do Decreto-Lei 305/2009 de 23 Outubro a 28 de Dezembro de 2012, sendo publicada no Diário da Republica 2ª série nº 151 de 08 de Agosto de 2011.

1.4 - Recursos humanos

- ✓ O mapa de pessoal, elaborado nos termos da Lei 12-A/ 2008, de 27 de fevereiro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2012, alterado em 19 de Abril de 2013, dos lugares constantes do mapa de pessoal encontravam-se preenchidos com pessoal em funções o número de efetivos discriminado no mapa abaixo:

| Pessoal | Cargo Político | | CTFP TI | | CTFP TD | | Comissão de Serviço | | Total | |
|------------------------------------|----------------|--------|---------|--------|---------|--------|---------------------|--------|--------|--------|
| | dez-12 | dez-13 | dez-12 | dez-13 | dez-12 | dez-13 | dez-12 | dez-13 | dez-12 | dez-13 |
| Dirigente intermédio de 2º grau | | | | | | | | | | |
| Técnico Superior | | | 25 | 25 | | | | | 25 | 25 |
| Assistente Técnico | | | 26 | 25 | 6 | 6 | | | 32 | 31 |
| Assistente Operacional | | | 103 | 102 | 5 | 5 | | | 108 | 107 |
| Informático | | | 6 | 6 | | | | | 6 | 6 |
| Cargo Político | | | | | | | | | 0 | 0 |
| Outros | | | 1 | 1 | 0 | 0 | | | 1 | 1 |
| Soma | | | 161 | 159 | 11 | 11 | | | 172 | 170 |
| Redução | | | | 2 | | 0 | | | 0 | 2 |
| Redução pelo art.º 65º da LOE 2013 | | | | | | | | | | |

Com uma redução de 2 trabalhadores o município ficou aquém da redução obrigatória de 6 efetivos que era imposta pelo artigo 65º da LOE 2013.

1.6 - Organização contabilística

- ✓ Aplicação do POCAL – regime completo.
- ✓ Software – POCAL, Património, Pessoal, Gestão de Stocks, Obras Administração Directa, Controle de Empreitadas – MEDIDATA
- ✓ Não existe descentralização contabilística.
- ✓ Foi aplicado o princípio de especialização do exercício, procedendo-se ao corte nas operações patrimoniais.

Outros elementos da Conta

- ✓ Foi efetuada a reconciliação bancária relativa a todos os movimentos efetuados nas contas 12.
- ✓ Referir a síntese da reconciliação
- ✓ Foi efetuada por amostragem a reconciliação com extratos de fornecedores, nomeadamente com os fornecedores que foram objeto de pagamento através do FRM, tendo esses extratos sido auditados pela IGF, no âmbito do processo de regularização de dívidas.
- ✓ Em termos de previsões foram respeitados os princípios orçamentais da independência, anualidade, unidade, universalidade, equilíbrio, especificação, não consignação e não compensação. Quanto à sua execução os reembolsos e restituições do exercício não foram objeto de reflexo no mapa do controlo orçamental da receita. Por outro lado foi violado o equilíbrio orçamental corrente.
- ✓ Mantiveram-se os princípios contabilísticos da entidade contabilística, da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação desenvolvidas nos exercícios anteriores, sendo assim possível proceder a uma análise consistente da evolução registada.
- ✓ O património encontra-se registado e atualizado pelo CIBE, utilizando as taxas de amortização aí estabelecidas.

1.7 - Outra informação considerada relevante

- ✓ Faz parte do presente relatório a análise sumária ao processo de saneamento financeiro.
- ✓ Em resultado dos níveis de incumprimento quer na redução dos níveis de endividamento líquido em 2012, quer dos pagamentos em atraso em 2013 foram aplicadas ao município no exercício de 2014 retenções de 20% do FEF que serão canalizadas para o FRM.

2 - Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados

2.1 - Derrogações

- ✓ Não se registou qualquer derrogação verificando-se consistência com os exercícios anteriores e correspondendo o balanço e a demonstração de resultados à situação real do activo, do passivo e dos resultados da CMM.
- ✓ Ressalva-se desta apreciação o valor não apurado na conta 7983, já que os financiamentos de capital não se encontram reconhecidos através da especialização do exercício.

2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

- ✓ Nada a assinalar

8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados

- ✓ Os acréscimos patrimoniais foram integralmente valorizados no caso de aquisição pelo critério do custo de aquisição, tendo por base o respetivo documento de aquisição.
- ✓ Os bens do imobilizado em curso não foram transferidos para o imobilizado firme na data da sua entrada em funcionamento, influenciando, as amortizações já que o seu valor de construção atinge os 27 milhões de euros.
- ✓ Os bens patrimoniais produzidos por administração direta não foram valorizados pelo que o balanço não reflete esses valores, nem a demonstração de resultados reflete os materiais, mão-de-obra e máquinas utilizados em atividades que deveriam ser apurados em Rendimentos para a Própria Entidade e contabilizados na conta 75.
- ✓ Foi efetuado o ajustamento ao valor patrimonial relativo às entidades participadas pelo município.
- ✓ A especificação dos ajustamentos encontra-se discriminada no relatório.
- ✓ Os mapas de amortizações discriminam adequadamente os bens, taxas e valores registados no exercício.

2.4 - Cotações de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira

- ✓ Não se aplica;

2.5 - Situações em que o resultado do exercício foi afetado

- ✓ Por valorimetrias diferentes - não se aplica
- ✓ Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas - Conforme já referido as amortizações são inferiores às adequadas por força dos bens que se mantêm em curso.
- ✓ Por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo - não se aplica

2.6 - Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento».

- ✓ A conta 431 apresenta saldo 276.746,15 € após terem sido abatidos todos os bens intangíveis com valor nulo.
- ✓ As contas 432 e 433 não apresentam valor.

2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões.

- ✓ Os quadros de ativo bruto e de amortizações fazem parte do presente documento, cujo resumo é o seguinte:

Quadro do Ativo Bruto

| | RUBRICAS | SALDO INICIAL | REAVLIAÇÃO/ AJUSTAMENTO | AUMENTOS | ALIENAÇÕES | TRANSFERÊNCIAS E ABATES | SALDO FINAL |
|-----|---------------------------|------------------------|----------------------------|-----------------------|---------------------|----------------------------|------------------------|
| 41. | INVESTIMENTOS FINANCEIROS | 389.974,07 € | - € | 51.020,66 € | - € | 297.333,42 € | 143.661,31 € |
| 42. | IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS | 6.880.785,80 € | - € | 226.291,50 € | 2.350,49 € | 40.277,99 € | 7.064.448,82 € |
| 43. | IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS | 464.476,10 € | - € | 13.352,90 € | 201.082,85 € | - € | 276.746,15 € |
| 44. | IMOBILIZAÇÕES EM CURSO | 27.093.959,08 € | - € | 1.004.693,09 € | - € | 8.487,00 € | 28.090.165,17 € |
| 45. | BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO | 31.662.597,29 € | - € | - € | - € | - € | 31.662.597,29 € |
| | | 66.491.792,34 € | - € | 1.295.358,15 € | 203.433,34 € | 346.098,41 € | 67.237.618,74 € |

O valor de aumento do ativo bruto, cerca de 745 mil euros correspondeu a cerca de 50% das amortizações, cujo montante ascendeu a 1,473 milhões de euros. Em termos reais contudo esta relação será menor dado que as amortizações se encontram subavaliadas.

2.8 - Descrição do ativo imobilizado. Amortizações do exercício e acumuladas:

- ✓ Os respetivos mapas do ativo bruto e amortizações encontram-se discriminados por conta patrimonial, bem, valor de aquisição, valor líquido, vida útil e amortizações, no conjunto de mapas anexos às demonstrações financeiras que fazem parte integrante do presente documento.
- ✓ Não foram adquiridos bens em estado de uso.
- ✓ O valor total das amortizações acumuladas encontra-se influenciado no seu valor pelos motivos já expostos.

| | RUBRICAS | SALDO INICIAL | REFORÇO | REGULARIZAÇÕES | SALDO FINAL |
|------|--|------------------------|-----------------------|---------------------|------------------------|
| 48.1 | De investimentos em imóveis | - € | - € | - € | - € |
| 48.2 | De imobilizações corpóreas | 3.745.001,87 € | 253.305,64 € | 38.696,77 € | 3.959.610,74 € |
| 48.3 | De imobilizações incorpóreas | 201.082,85 € | 39.618,84 € | 201.082,85 € | 39.618,84 € |
| 48.5 | De bens de domínio público | 21.686.209,06 € | 1.419.642,46 € | - € | 23.105.851,52 € |
| 49. | Provisões para investimentos financeiros | - € | - € | - € | - € |
| | | 25.632.293,78 € | 1.712.566,94 € | 239.779,62 € | 27.105.081,10 € |

2.9 - Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

- ✓ O município transitou de 2012 para 2013 com um empréstimo de curto prazo no montante de 400 mil euros que foram amortizados apenas no exercício de 2013. Durante o ano de 2013 o município utilizou empréstimos de curto prazo no montante de 570.000 €, não tendo o seu valor sido amortizado até ao final do ano. Não foi solicitado visto ao TC, sendo que o município se encontra numa situação de excesso de endividamento e tem um processo de reequilíbrio financeiro a decorrer, que aguarda aprovação. Neste pressuposto, manteve sempre, este Município, a expectativa de ter a sua aprovação antes do final do ano.
- ✓ Para um limite total de empréstimos de médio e longo prazo no montante de 5.7 milhões de euros o município tem um passivo de 12.401.355,54 € acrescido do valor não pago do curto prazo.
- ✓ Os valores da conta 23 excedem em 127% o limite quando considerados todos os empréstimos, situando-se o excesso em 122% depois de deduzido o valor de 292,5 mil euros de empréstimos excecionados.
- ✓ Face às dificuldades financeiras do município o plano de amortização do empréstimo de saneamento financeiro foi renegociado com a banca passando as prestações para 2,5 mil euros, pelo que o mapa não apresenta valores vencidos e não pagos. Contudo, tratando-se de uma renegociação do empréstimo que tem efeitos na dívida fundada deveria ter sido objeto de autorização da Assembleia Municipal e sujeito a Visto do TC.
- ✓ Não foram capitalizados os juros suportados.
- ✓ O montante de juros relativos a empréstimos de médio e longo prazo foi de 250.760,73 €. A este valor acrescem 25.391,66 € de juros relativos a empréstimos de curto prazo.

2.10 – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

- ✓ Não aplicável.

2.11 - Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações, do tipo seguinte:

- ✓ Não aplicável.

2.12 - Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas,

- ✓ Os valores das imobilizações em curso, bem como das transferências para imobilizado firme encontram-se discriminados nos respetivos mapas que fazem parte da conta e do relatório
- ✓ Não existem imobilizações reversíveis.

2.13 - Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

✓ Durante o exercício de 2013 não foram adquiridos novos bens em regime de leasing.

2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

✓ Dados não disponíveis.

2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objecto de amortização e indicação das respetivas razões.

✓ Apenas os bens não sujeitos a amortização, terrenos e bens do património histórico, não estão amortizados.

2.16 - Entidades participadas - os respetivos dados deste ponto fazem parte do presente documento;

Foi aplicado pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial às participações tendo resultado os seguintes movimentos:

| Águas do Centro Alentejo | | | |
|--------------------------|----------------------------------|------------------------|--------------|
| ANO | CAPITAL REALIZADO | | |
| 2013 | 150.625,00 € | | |
| | | TOTAL | 3,0125% |
| TOTAL CAPITAL SUBSCRITO | 150.625,00 € | | |
| | Capital registado conta | 41132 | 150.625,00 € |
| | Capital registado conta | | 150.625,00 € |
| | ACTIVO LÍQUIDO | 110.124.394,53 € | |
| | CAPITAL SOCIAL | 5.000.000,00 € | |
| | RESERVAS | 95.245,79 € | |
| | RESULTADOS TRANSITADOS | -2.475.387,35 € | |
| | RESULTADOS LÍQUIDOS | -110.625,28 € | |
| | OUTRAS VARIAÇÕES CAPITAL PRÓPRIO | 0,00 € | |
| | CAPITAIS PRÓPRIOS | 2.509.233,16 € | 50,2% |
| | AJUSTAMENTO DE CAPITAL | MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA | -75.034,35 € |
| 2010 | Capital registado conta | 41132 | 75.590,65 € |

| EDC | | | |
|-------------------------|----------------------------------|------------------------|---------------|
| ANO | CAPITAL REALIZADO | | |
| 2012 | 22.050,00 € | | |
| | | | TOTAL 7,5886% |
| TOTAL CAPITAL SUBSCRITO | 22.050,00 € | | |
| | Capital registado conta | 41133 | 17.050,00 € |
| | Capital registado conta | | 17.050,00 € |
| | ACTIVO LÍQUIDO | 2.759.338,00 € | |
| | CAPITAL SOCIAL | 290.569,00 € | |
| | RESERVAS | | |
| | RESULTADOS TRANSITADOS | -416.459,00 € | |
| | RESULTADOS LÍQUIDOS | -220.631,00 € | |
| | OUTRAS VARIAÇÕES CAPITAL PRÓPRIO | 1.243.538,00 € | |
| | CAPITAIS PRÓPRIOS | 897.017,00 € | 308,7% |
| | AJUSTAMENTO DE CAPITAL | MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA | 51.020,66 € |
| 2010 | Capital registado conta | 41133 | 68.070,66 € |

| Entidades não Societárias | | | | | | | |
|---------------------------|------------------|-----|-------|---------|-----|--------------|-----------|
| Entidade participada | Tipo de entidade | | | Capital | em | Contribuição | |
| | NIPC | CAE | | | | Numerário | Monetário |
| [1] | [2] | [3] | [4] | [5] | [6] | [7] | [8] |
| ANMP | 501627413 | AM | 91333 | | | | |
| CIMAC | 509364390 | AM | 94110 | | | | |
| AMPV | 508038430 | AM | 9133 | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

| Entidades Societárias | | | | | | | |
|--------------------------|------------------|-----|-----|----------------|-------|--------------|------------|
| Entidade participada | Tipo de entidade | | | Capital | em | Contribuição | |
| | NIPC | CAE | | | | Numerário | Monetário |
| [1] | [2] | [3] | [4] | [5] | [6] | [7] | [8] |
| Águas do Centro Alentejo | 506306143 | SEE | | 5 000 000,00 € | 3,01% | 150 625,00 € | 150 625,00 |
| EDC | 506035972 | | | 22 050,00 € | 7,59% | 22 050,00 € | 22 050,00 |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

2.17 - «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria»

- ✓ O município não detém títulos desta natureza.

2.18 - Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.

Não existem.

2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

✓ Não existem.

2.20 – Atribuição de valor inferior – Ativo circulante

✓ Não existem.

2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

✓ Não existem.

2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros.

✓ As provisões para cobrança duvidosa estão constituídas de acordo com as normas do POCAL. No entanto, o valor em dívida de água, saneamento e resíduos registados na conta é substancialmente superior aos valores apurados na aplicação de águas, sendo necessário reconciliar os valores e proceder às correções em conformidade.

2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

✓ Não existem.

2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

✓ Não existem.

2.25 – Dívidas ao Estado em situação de mora

✓ Cerca de 146 mil euros

2.26 – Garantias e cauções prestadas

✓ Encontram-se discriminadas no mapa de contas de ordem, contas da classe 0;

2.27 – Provisões acumuladas

✓ Relativamente a contingências por ações movidas contra a Câmara existem as adequadas provisões constituídas em balanço. No entanto, é necessário ter presente que de acordo com as atuais normas de reporte ao SIAL esses valores, embora constituam valores do passivo, não se refletem no cálculo do endividamento líquido.

2.28 - Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.

- ✓ Conta 55 - Ajustamentos de partes de capital em empresas conforme discriminadas nos quadros próprios do presente relatório.
- ✓ A conta 59 inclui regularizações de anos anteriores, nomeadamente a imputação de 64.785,61, dos quais se encontram por liquidar 38.823,36 €

2.29 – Custo de mercadorias e de matérias-primas

O CMPCMC ascendeu a 155 mil euros, valor que não reflete o valor de aquisição de água em alta que se encontra registada em contas da 62.

2.30 – Demonstrações das variações de produção

- ✓ Não existem;

2.31 – Demonstração dos resultados financeiros

A demonstração de resultados financeiros não tem correspondência com a despesa orçamental classificada em juros já que parte desta despesa corresponde a moras em que os custos foram imputados a exercícios anteriores.

Os resultados financeiros são fortemente influenciados pelos juros suportados que totalizaram 474 mil euros dos quais 427 mil euros correspondem a juros de empréstimos e os restantes a juros em mora.

Do lado dos proveitos encontra-se registado o rendimento de propriedade obtidos pela concessão da EDP

2.32 – Demonstração de resultados extraordinários

Os resultados extraordinários encontram-se fortemente influenciados pelo registo de quase 100 mil euros em proveitos extraordinários por regularização de existências.

3 -- Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução

3.1 Orçamento

| Composição da Receita corrente | | | | | | | |
|--|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|--------------|
| Composição | Ano 2011 | | Ano 2012 | | Ano 2013 | | |
| | Dotação | Execução | Dotação | Execução | Dotação | Execução | % |
| 01. Impostos Directos | 487.568,97 | 543.078,07 | 471.178,43 | 358.435,76 | 453.825,19 | 554.443,95 | 122,2 |
| 02. Impostos Indirectos | 100.000,00 | 186,18 | 1.972,70 | 654,42 | 1.713,27 | 391,99 | 22,9 |
| 04. Taxas, multas e outras penalidades | 383.977,50 | 28.927,94 | 36.950,27 | 16.833,45 | 24.766,28 | 14.964,67 | 60,4 |
| 05. Rendimentos de propriedade | 1.016.262,22 | 357.589,93 | 3.278.098,88 | 290.803,53 | 2.406.321,70 | 379.383,81 | 15,8 |
| 06. Transferências correntes | 5.797.190,18 | 3.998.375,24 | 5.719.678,50 | 4.095.211,28 | 5.509.899,12 | 5.279.985,98 | 95,8 |
| 07. Venda de bens e serviços correntes | 2.972.207,89 | 665.396,82 | 1.475.247,01 | 688.088,86 | 1.045.463,47 | 683.764,29 | 65,4 |
| 08. Outras receitas correntes | 70.928,82 | 29.640,41 | 79.416,56 | 17.518,21 | 3.192.916,83 | 30.699,19 | 1 |
| Total das receitas correntes | 10.828.135,58 | 5.623.194,59 | 11.062.542,35 | 5.467.545,51 | 12.634.905,86 | 6.943.633,88 | 55,00 |

| Composição das Receitas de Capital | | | | | | | |
|------------------------------------|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------|
| Composição | Ano 2011 | | Ano 2012 | | Ano 2013 | | |
| | Dotação | Execução | Dotação | Execução | Dotação | Execução | % Execução |
| 09. Venda de bens de investimento | 1.650.341,15 | 113.943,12 | 1.956.132,61 | 12.693,60 | 8.580,00 | 8.178,43 | 0,40 |
| 10. Transferências de capital | 10.365.992,18 | 2.913.794,76 | 7.846.553,64 | 3.307.235,63 | 4.964.637,47 | 1.873.506,27 | 37,70 |
| 11. Activos financeiros | 0,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 | 53,70 |
| 12. Passivos financeiros | 601.222,34 | 601.222,34 | 2,00 | 400.000,00 | 2,00 | 570.000,00 | 28.500,00 |
| 13. Outras receitas de capital | 0,00 | 0,00 | 2,00 | 0,00 | 2.155.855,70 | 0,00 | 0,00 |
| Total das receitas capital | 12.617.555,67 | 3.628.960,22 | 12.617.558,67 | 3.628.958,22 | 7.129.076,17 | 2.451.684,70 | 34,39 |

| Outras Receitas | | | | | | | |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Composição | Ano 2011 | | Ano 2012 | | Ano 2013 | | |
| | Dotação | Execução | Dotação | Execução | Dotação | Execução | % Execução |
| 15. Reposições não abatidas nos pagamentos | 1,00 | 68.944,58 | 1,00 | 3.410,03 | 1,00 | 3.337,65 | 33.376,00 |
| 16. Saldo da gerência anterior | 933.528,36 | 933.528,36 | 801.666,71 | 801.666,71 | 365.536,38 | 365.536,38 | 100,00 |

- ✓ O orçamento da receita apresenta uma execução de 47,5% quando considerado o empréstimo de curto prazo e de 44,7% quando não consideramos a receita temporária.
- ✓ A baixa taxa de execução do orçamento tem a sua origem na necessidade de “estimar” receitas suficientes para dar cobertura aos compromissos assumidos e não pagos.
- ✓ A receita corrente corresponde a 73,9% da receita total excluído o empréstimo. Por outro lado quando consideramos a receita efetiva (excluindo os empréstimos) o peso da receita corrente sobe para 78,6%.
- ✓ A receita corrente apresenta um crescimento de 1,476 milhões de euros relativamente a 2012. Este crescimento, quase 27%, encontra-se fortemente influenciado pela alteração da taxa de repartição do FEF corrente em contrapartida com a redução da taxa de repartição do FEF de capital.
- ✓ Os impostos diretos apresentam um crescimento de 5,5% relativamente a 2012.
- ✓ A receita arrecadada na venda de bens e serviços registou um valor idêntico ao registado em 2012.
- ✓ A receita de capital regista uma quebra de 32,4% relativamente a 2012, situação que foi influenciada pela alteração de critérios na repartição do FEF e pela quebra efetiva das transferências de capital com origem no FEDER.

Desagregação das Rubricas de Receitas Correntes: Venda de Bens e Serviços Correntes

| Rubrica/Sub-Rubrica | Ano 2012 | Ano 2013 | Δ 13/12 | % Total da Rubrica | |
|---|-------------------|-------------------|---------|--------------------|----------|
| | | | | Ano 2012 | Ano 2013 |
| Rubrica 07 -Venda de Bens e Serviços Correntes | 688.088,86 | 683.764,29 | -0,63% | | |
| <i>Venda de bens</i> | | | | | |
| Produtos alimentares e bebidas | 32.164,44 | 35.343,94 | 9,89% | 4,7% | 107,9 |
| Água | 231.643,11 | 217.834,05 | -5,96% | 33,7% | 79,5 |
| Outros | | | | | |
| Venda de publicações | 1.611,04 | 909,72 | -43,53% | 0,2% | 128500 |
| outros | 204,50 | 0,00 | | 0,0% | |
| <i>Serviços</i> | | | | | |
| outros | 16.412,22 | 16.977,50 | 3,44% | 2,4% | 67,9 |
| Serviços desportivos | 1.204,00 | 1.328,00 | 10,30% | 0,2% | 79,4 |
| <i>Serviços específicos das autarquias</i> | | | | | |
| Saneamento | 92.139,86 | 98.232,46 | 6,61% | 13,4% | 50,6 |
| Resíduos sólidos | 107.419,53 | 104.531,69 | -2,69% | 15,6% | 75,7 |
| Transportes escolares | 22.834,94 | 28.008,25 | 22,66% | 3,3% | 115,9 |
| Transportes por conta de particulares | | | | | |
| Cemitérios | 3.303,75 | 1.639,12 | -50,39% | 0,5% | 56,8 |
| Mercados e Feiras | 510,12 | 139,12 | -72,73% | 0,1% | 27,8 |
| Contratos de Água | 2.441,60 | 3.443,83 | 41,05% | 0,4% | 103,5 |
| Outros | 150.870,93 | 143.923,57 | -4,60% | 21,9% | 92,5 |
| outros | 372,69 | 119,82 | -67,85% | 0,1% | 39,9 |
| <i>Rendas</i> | | | | | |
| Habituação | 1.854,88 | 1.623,13 | -12,49% | 0,3% | 84,3 |
| Edifícios | 10.851,24 | 28.563,80 | 163,23% | 1,6% | 9,7 |
| <i>Outras</i> | | | | | |
| Rendas de Terrenos | 12.250,01 | 12.000,61 | -2,04% | 1,8% | 83,3 |

Embora o total da venda de bens e serviços mantenha globalmente o mesmo valor que em 2012 existem variações significativas em sentidos opostos em várias rubricas.

| Rubrica/Sub-Rubrica | Ano 2012 | Ano 2013 | Δ 13/12 | % Total da Rubrica | |
|---|---------------------|---------------------|---------|--------------------|----------|
| | | | | Ano 2012 | Ano 2013 |
| Rubrica 10-Transferencias de capital | 3.307.235,63 | 1.873.506,27 | -43,4% | | |
| <i>Administração central-Estado</i> | | | | | |
| Fundo de Equilibrio Financeiro | 2.113.590,00 | 1.100.074,32 | -48,0% | 63,91% | 104,10% |
| Outros | 10.000,00 | 47.088,00 | 370,9% | | 26,90% |
| Estado- participação comunitaria em projectos | | 20.000,00 | | 0,00% | 200,00% |
| INALENTEJO | 1.139.677,36 | | | | |
| POVT | 19.713,27 | 455.057,87 | 2208,4% | 0,60% | 17,60% |
| PRODER | | 60.831,00 | | 0,00% | 9,60% |
| Outros | 24.255,00 | 190.455,08 | 685,2% | | 47,10% |

As transferências de fundos comunitários registaram uma quebra de 40%.

Do lado da despesa

| Despesas Correntes | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|--------------|
| Composição | Ano 2011 | | Ano 2012 | | Ano 2013 | | % Execução |
| | Dotação | Execução | Dotação | Execução | Dotação | Execução | |
| 01. Despesas com o pessoal | 4.097.399,42 | 3.523.042,30 | 3.489.624,07 | 3.297.596,58 | 3.920.254,09 | 3.711.583,88 | 94,44 |
| 02. Aquisição de bens e serviços | 5.952.689,98 | 2.496.206,69 | 5.892.678,60 | 2.073.982,03 | 6.691.901,51 | 2.802.773,10 | 41,88 |
| 03. Juros e outros encargos | 667.740,71 | 470.455,61 | 1.288.011,43 | 478.184,20 | 1.277.500,77 | 696.671,35 | 54,53 |
| 04. Transferências correntes | 842.701,28 | 374.907,32 | 942.281,56 | 528.974,99 | 785.890,66 | 415.605,45 | 52,88 |
| 05 Subsídios | 1,00 | 0,00 | 2,00 | 0,00 | 2,00 | 0,00 | 0,00 |
| 06. Outras despesas correntes | 338.231,27 | 161.062,71 | 252.700,83 | 60.897,23 | 311.363,93 | 75.341,14 | 24,20 |
| Total das despesas correntes | 11.898.763,66 | 7.025.674,63 | 11.865.298,49 | 6.439.635,03 | 12.996.912,96 | 7.701.975,49 | 59,26 |

| Composição | Ano 2011 | | Ano 2012 | | Ano 2013 | | % Execução |
|-----------------------------------|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------|
| | Dotação | Execução | Dotação | Execução | Dotação | Execução | |
| 07. Aquisição de bens de capital | 11.233.211,09 | 1.394.868,71 | 8.532.663,51 | 2.277.446,28 | 7.223.662,39 | 1.199.186,44 | 16,60 |
| 08. Transferências de capital | 246.898,27 | 119.345,32 | 359.322,03 | 24.333,88 | 715.515,39 | 116.166,25 | 16,24 |
| 09. Activos financeiros | 1.000,00 | 0,00 | 2,00 | 0,00 | | | |
| 10. Passivos financeiros | 927.331,28 | 903.218,30 | 884.800,34 | 863.305,97 | 1.125.150,85 | 582.022,32 | 51,73 |
| 11. Outras despesas de capital | 72.019,31 | 9.852,08 | 24.814,94 | 22.293,94 | 3.250,01 | 543,57 | 16,73 |
| Total das despesas capital | 12.480.459,95 | 2.427.284,41 | 9.801.602,82 | 3.187.380,07 | 9.067.578,64 | 1.897.918,58 | 20,93 |

O peso da despesa corrente no total da despesa ultrapassa os 80%. E se considerarmos apenas a despesa efetiva (retirando o valor de amortização de empréstimos essa relação ultrapassa os 85%).

As variações da despesa estão influenciadas pelo pagamento de dívida de anos anteriores, neste exercício, influenciada pelo mecanismo do FRM. Esta situação impede que se proceda a uma adequada apreciação da evolução da despesa, já que a informação presente é insuficiente para perceber qual a evolução da despesa "nova".

Segue-se o conjunto de quadros que apresentam o detalhe da despesa.

| Despesas com o Pessoal | | | |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 2011 | 2012 | 2013 |
| Remuneração titulares órgãos soberania | 37.682,51 | 74.043,20 | 102.856,78 |
| Remuneração pessoal dos quadros | 1.770.146,19 | 1.704.042,73 | 1.720.482,53 |
| Pessoal contratado a termo | 135.770,76 | 176.450,77 | 140.585,57 |
| Pessoal em regime de tarefa ou avença | 11.610,25 | 0,00 | |
| Pessoal em qualquer outra Situação | 251.742,93 | 264.223,24 | 364.275,43 |
| Subsídio de refeição | 190.540,21 | 193.504,20 | 185.275,30 |
| Subsídio de Ferias e Natal | 341.403,90 | 177.523,90 | 330.208,45 |
| Horas extraordinárias | 150.093,81 | 85.828,62 | 117.924,22 |
| Ajudas de custo | 42.919,88 | 34.347,99 | 50.502,41 |
| Abono para falhas | 10.056,71 | 10.975,97 | 9.809,03 |
| Subsídio de turno | 9.333,50 | 11.300,11 | 14.419,82 |
| Indemnizações por cessação de funções | 0,00 | 0,00 | |
| Outros Suplementos | 21.622,43 | 3.708,67 | 21.185,95 |
| Encargos com a saúde | 71.746,28 | 54.061,42 | 47.949,31 |
| Subsídio Familiar a Crianças e Jovens | 8.728,40 | 10.070,87 | 7.180,34 |
| Assistência na doença dos funcionários públicos | 8.735,33 | 53.108,94 | 33.639,88 |
| Segurança Social dos Funcionários | 186.937,64 | 176.372,99 | 262.531,17 |
| Segurança Social Reg.Geral | 255.653,50 | 245.603,04 | 302.757,69 |
| Seguros | 15.346,86 | 0,00 | |
| TOTAL | 3.520.071,09 | 3.275.166,66 | 3.711.583,88 |

| | 2012 | 2013 | | 2012 | 2013 |
|--------------------|--------------|--------------|---------------------|--------------|--------------|
| Receitas Correntes | 5.467.545,51 | 6.943.633,88 | Receitas de Capital | 3.719.929,23 | 2.451.684,70 |
| Despesas Correntes | 6.439.635,03 | 7.701.975,49 | Despesas de Capital | 3.187.380,07 | 1.897.918,58 |
| Défi ce | - 972.089,52 | - 758.341,61 | Excedente | 532.549,16 | 553.766,12 |

| Receita Total Despesa Total | 2012 | 2013 |
|-----------------------------|--------------|--------------|
| Receitas | 9.187.474,74 | 9.395.318,58 |
| Despesas | 9.627.015,10 | 9.599.894,07 |
| | -439.540,36 | -204.575,49 |

| | 2012 | 2013 | | 2012 | 2013 |
|----------------------|--------------|--------------|----------------------|--------------|--------------|
| Receita Total | 9.187.474,74 | 9.395.318,58 | Despesa Total | 9.627.015,10 | 9.599.894,07 |
| Ativos Financeiros | | | Ativos Financeiros | | |
| Passivos Financeiros | 400.000,00 | 570.000,00 | Passivos Financeiros | 863.305,97 | 582.022,32 |
| Receita Corrigida | 8.787.474,74 | 8.825.318,58 | Despesa Corrigida | 9.044.992,78 | 9.599.894,07 |
| | | | Equilíbrio Efetivo | -257.518,04 | -774.575,49 |

| | | |
|--------------------|-------------|---------------|
| Equilíbrio Efetivo | -257.518,04 | -774.575,49 |
| Juros da dívida | 528.974,99 | 696.671,35 |
| Saldo Primário | -786.493,03 | -1.471.246,84 |

O conjunto de quadros anteriores evidencia a dimensão, natureza e evolução dos desequilíbrios estruturais do município.

Embora o défi ce corrente tenha sido ligeiramente corrigido verifica-se que o excedente de capital foi insuficiente para o cobrir, sendo necessário recorrer igualmente aos saldos transitados para garantir a despesa corrente.

Sendo certo que o desequilíbrio corrente constitui uma violação das regras orçamentais, este desequilíbrio não é apesar disso o mais preocupante. De facto, se observarmos a evolução de saldo

primário constatamos que este se agrava com valores negativos muito significativos, registando uma evolução de 9% para 17% na sua relação com a receita corrigida (receita menos empréstimos).

O quadro do desequilíbrio é claramente insustentável, bem como a sua recuperação, além de só ser possível num horizonte temporal muito longo.

3.1 Plano Plurianual de Investimentos e Ações Mais Relevantes

| Rubricas | Orçamentado (Previsto no ano 2012) | Executado no ano 2012 | Grau de Execução 2012 | Orçamentado (Previsto no ano 2013) | Executado no ano 2013 | Grau de Execução 2013 |
|---|------------------------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| FUNÇÕES GERAIS | 126.577,94 | 83.371,10 | 65,87 | 126.577,94 | 83.371,10 | 65,87 |
| SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 87.206,94 | 49.018,10 | 56,21 | 87.206,94 | 49.018,10 | 56,21 |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | 87.206,94 | 49.018,10 | 56,21 | 87.206,94 | 49.018,10 | 56,21 |
| SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS | 39.371,00 | 34.353,00 | 87,25 | 39.371,00 | 34.353,00 | 87,25 |
| PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS | 39.371,00 | 34.353,00 | 87,25 | 39.371,00 | 34.353,00 | 87,25 |
| FUNÇÕES SOCIAIS | 6.132.970,60 | 2.634.068,38 | 42,95 | 6.132.970,60 | 2.634.068,38 | 42,95 |
| EDUCAÇÃO | 2.082.372,93 | 1.276.547,54 | 61,3 | 2.082.372,93 | 1.276.547,54 | 61,3 |
| ENSINO NÃO SUPERIOR | 1.678.966,38 | 977.008,43 | 58,19 | 1.678.966,38 | 977.008,43 | 58,19 |
| SAÚDE | 54.849,74 | 0 | 0 | 54.849,74 | 0 | 0 |
| SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE | 54.849,74 | 0 | 0 | 54.849,74 | 0 | 0 |
| SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS | 336.933,03 | 192.367,03 | 57,09 | 336.933,03 | 192.367,03 | 57,09 |
| ACÇÃO SOCIAL | 336.933,03 | 192.367,03 | 57,09 | 336.933,03 | 192.367,03 | 57,09 |
| HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS | 1.945.966,02 | 205.590,18 | 10,56 | 1.945.966,02 | 205.590,18 | 10,56 |
| HABITAÇÃO | 353.292,54 | 27.511,95 | 7,79 | 353.292,54 | 27.511,95 | 7,79 |
| ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | 246.732,61 | 93.145,85 | 37,75 | 246.732,61 | 93.145,85 | 37,75 |
| SANEAMENTO | 148.098,41 | 19.486,59 | 13,16 | 148.098,41 | 19.486,59 | 13,16 |
| ABASTECIMENTO DE ÁGUA | 989.364,90 | 938,49 | 0,09 | 989.364,90 | 938,49 | 0,09 |
| RESÍDUOS SÓLIDOS | 34.580,22 | 4.785,82 | 13,84 | 34.580,22 | 4.785,82 | 13,84 |
| PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONS. NATUREZA | 173.897,34 | 59.721,48 | 34,34 | 173.897,34 | 59.721,48 | 34,34 |
| SERVIÇOS CULTURAIS RECREATIVOS E RELIGIOSOS | 1.712.848,88 | 959.563,63 | 56,02 | 1.712.848,88 | 959.563,63 | 56,02 |
| CULTURA | 509.673,86 | 201.651,57 | 39,56 | 509.673,86 | 201.651,57 | 39,56 |
| DESPORTO, RECREIO E LAZER | 1.042.330,42 | 679.343,95 | 65,18 | 1.042.330,42 | 679.343,95 | 65,18 |
| OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS | 160.844,60 | 78.568,11 | 48,85 | 160.844,60 | 78.568,11 | 48,85 |
| FUNÇÕES ECONÓMICAS | 2.974.595,56 | 194.928,43 | 6,55 | 2.974.595,56 | 194.928,43 | 6,55 |
| INDÚSTRIA E ENERGIA | 1.019.329,66 | 12.544,00 | 1,23 | 1.019.329,66 | 12.544,00 | 1,23 |
| TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES | 1.676.180,51 | 81.855,34 | 4,88 | 1.676.180,51 | 81.855,34 | 4,88 |
| TRANSPORTES RODOVIÁRIOS | 1.676.180,51 | 81.855,34 | 4,88 | 1.676.180,51 | 81.855,34 | 4,88 |
| TRANSPORTES FLUVIAIS | | | | | | |
| COMÉRCIO E TURISMO | 43.085,92 | 7.665,10 | 17,79 | 43.085,92 | 7.665,10 | 17,79 |
| MERCADOS E FEIRAS | 7.684,36 | 7.665,36 | 99,75 | 7.684,36 | 7.665,36 | 99,75 |
| TURISMO | 35.401,56 | 0 | 0 | 35.401,56 | 0 | 0 |
| OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS | 235.995,47 | 92.863,73 | 39,35 | 235.995,47 | 92.863,73 | 39,35 |
| OUTRAS FUNÇÕES | 1.417.486,80 | 358.051,87 | 25,26 | 1.417.486,80 | 358.051,87 | 25,26 |
| DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | 1.417.486,65 | 358.051,87 | 25,26 | 1.417.486,65 | 358.051,87 | 25,26 |
| ESFORÇO TOTAL DO MUNICÍPIO | 10.651.630,90 | 3.270.419,78 | 30,7 | 10.651.630,90 | 3.270.419,78 | 30,7 |

- ✓ O valor inicial do PPI foi de 8,025 milhões de euros foi corrigido para 7,942 milhões de euros. Durante o exercício foram aprovadas 35 alterações e 1 revisão ao PPI, apresentando uma execução em termos de despesa 3.417.401,70€ milhões de euros.

- ✓ O valor inicial do PAM foi de 2,4 milhões de euros. Durante o exercício foram aprovadas 44 alterações e 1 revisão situando-se o valor final em 2,03 milhões de euros, dos quais foram executados 1,8 milhões de euros.
- ✓ Os níveis de execução do orçamento e das grandes opções, mais do que evidenciarem o nível efetivo de realização, quase que se limitam a refletir a capacidade efetiva de pagamento e o grau de compromissos que continuam a transitar por falta de liquidação.

3.3 – Contratação Administrativa

- ✓ O respetivo mapa faz parte integrante do presente documento;

3.4 – Transferências e subsídios

- ✓ O respetivo mapa faz parte integrante do presente documento.
- ✓ As transferências correntes apresentam um valor de 415 mil euros e as transferências de capital, 102 mil euros.

3.5 – Aplicação de ativos de rendimento fixo e variável

- ✓ Não existem;

3.6 – Endividamento e endividamento líquido

Do ponto de vista legal os níveis máximos de endividamento e endividamento líquido definidos pela LFL e pela LOE são os constantes do quadro seguinte:

| MUNICÍPIO ALANDROAL | | ANO 2013 | |
|--|--|--------------|-----------------------|
| Receitas previstas no âmbito do n.º 1 do artigo 37.º da Lei das Finanças Locais: | | | |
| [1] | IMI | 158.370,46 € | |
| [2] | IUC | 74.173,78 € | |
| [3] | IMT | 99.904,14 € | |
| [4] | DERRAMA | 22.104,89 € | |
| [5] | SEL | - € | 354.553,27 € |
| [6] | FEF + IRS | | 5.350.266,00 € |
| [7] | | | <u>5.704.819,27 €</u> |
| Limites ao endividamento no âmbito da Lei das Finanças Locais: | | | |
| | Curto Prazo $[(1+2+3+4)*10\% \text{ LFL}]$ | | 570.481,93 € |
| | Médio e Longo Prazo $[(1+2+3+4)*100\%]$ | | 5.704.819,27 € |
| | Endividamento Líquido $[(1+2+3+4)*125\%]$ | | 7.131.024,09 € |
| Limites ao endividamento da autarquia para o ano corrente (Lei do Orçamento do Estado): | | | |
| | Limite EL2013 (art.º 98.ºOE/2013) | | 7.131.024,09 € |
| | Limite EMLP2013 (art.º 98.ºOE/2013) | | 5.704.819,27 € |

Quanto ao valor efetivamente alcançado os valores constam do quadro seguinte:

Endividamento líquido e de médio e longo prazos da autarquia:

| Data | Limites ao endividamento 2013 | | Endividamento | | | |
|------------|-------------------------------|-------------|-----------------|--------------------|------------------|-----------------|
| | Líquido | M L Prazo | Líquido s/ Exc. | Ativos Financeiros | Passivos Financ. | Médio e L Prazo |
| | [1] | [2] | [3] | [4] | [5] | [6] |
| 01-01-2013 | 7.131.024 € | 5.704.819 € | 18.217.036 € | 1.970.979 € | 20.553.728 € | 12.617.756 € |
| 30-09-2013 | | | 19.102.551 € | 1.431.767 € | 20.845.083 € | 12.104.908 € |
| 31-12-2013 | | | 19.130.379 € | 1.469.129 € | 20.891.994 € | 12.678.869 € |
| P Contas | | | 20.513.260 € | 1.236.266 € | 22.042.012 € | 12.678.869 € |

Provisório

| Data | Capital em dívida excecionado | | Excesso de Endividamento | | Margem de Endividamento | | Δ Excesso % | |
|------------|-------------------------------|-----|--------------------------|------------------------|-------------------------|--------------|-------------|-----------|
| | [7] | [8] | Líquido [9]=[3]-[1] | M L Prazo [10]=[6]-[2] | [11]=[1]-[3] | [12]=[2]-[6] | Líquido | M L Prazo |
| 01-01-2013 | 365.713 € | | 11.086.012 € | 6.912.937 € | | | | |
| 30-09-2013 | 310.765 € | | 11.971.527 € | 6.400.089 € | | | 7,99% | -7,42% |
| 31-12-2013 | 292.486 € | | 11.999.355 € | 6.974.050 € | | | 8,24% | 0,88% |
| P Contas | 292.486 € | | 13.382.236 € | 6.974.050 € | | | 20,7% | 0,9% |

O excesso de endividamento líquido passou de 155% para 188% o que corresponde a um crescimento de 32 pontos percentuais e a um agravamento de 20,7%. Quanto ao endividamento o excesso cresceu de 121% para 122%.

- ✓ A Lei do Orçamento de Estado para 2013 manteve a suspensão a Lei de Finanças Locais quanto aos limites de endividamento líquido já que estabeleceu no artigo 98º, os limites do endividamento líquido e do endividamento para o ano de 2013.
- ✓ Por outro lado, a nova Lei de Finanças Locais veio extinguir o conceito de endividamento líquido e a definir novas regras para o endividamento para o ano de 2014.
- ✓ O quadro que se segue corresponde à relação de endividamento total do município face ao constante na Lei 73/2012.

| Artigo 52º da Lei 73/2013 | | |
|-------------------------------------|--------------------------|---------------------|
| | Receitas Correntes | |
| | 2011 | 5.623.195 € |
| | 2012 | 5.467.546 € |
| | 2013 | 6.943.634 € |
| | | 18.034.375 € |
| [1] | Méida | 6.011.458 € |
| | | |
| | Limite da Dívida Total | 9.017.187 € |
| | | |
| Situação da Autarquia em 01-01-2014 | | |
| 01-01-2014 | Dívida Total | 22.042.012 € |
| | Op. Tesouraria | 193.523,3 € |
| | Acréscimos 2013 | 417.646 € |
| [2] | Dívida Orçamental | 21.430.843 € |
| | | |
| [3]= [2]/[1] | | 3,56 |

De referir que a nova LFL estabelece no seu artigo 61º que, sempre que um município apresente uma dívida total superior a 3 vezes a média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos, é obrigado a aderir a um procedimento de recuperação financeira, através do Fundo de Apoio Municipal.

De modo resumido o FAM, de que se aguarda regulamentação, terá como princípios:

- g) A existência obrigatória de um programa de ajustamento a executar pelos municípios beneficiários de assistência financeira;
- h) A definição de um regime de acompanhamento técnico e financeiro contínuo do programa de ajustamento municipal e do contrato;
- i) A possibilidade de recusa de assistência financeira pelo FAM, nomeadamente quando o município não reúna condições para o cumprimento do serviço da dívida;

Em conclusão o nível de gravidade do desequilíbrio orçamental evidenciado no presente relatório poderá colocar o município do Alandroal no limiar da alínea h) do artigo 64º da Lei 73/2013!!

3.7 – Pagamentos em Atraso

- ✓ A publicação da Lei 8/2012, veio impor novas regras quanto à assunção de compromissos que passaram a ter por base o cálculo de fundos disponíveis previsíveis para um período temporal de 90 dias, ficando as regras do seu cálculo sujeitas à existência e evolução dos pagamentos em atraso.
- ✓ O artigo 65º da LOE 2012 definiu regras quanto aos montantes de redução dos pagamentos em atraso a que cada município estava sujeito.
- ✓ Por sua vez o artigo 96º da LOE para 2013 veio impor novas regras quanto ao valor mínimo de redução dos pagamentos em atraso a que cada município estava sujeito durante o ano de 2013. Relativamente ao município de Alandroal, esses valores são os que constam do mapa seguinte:

| | Passivo | Contas a Pagar | Pagamentos em Atraso |
|-------------------------|--------------|----------------|----------------------|
| Pagamentos em atraso | | | |
| Setembro 2011 | | | 2 152 597,93 € |
| Dezembro 2011 | | | 3 555 114,46 € |
| Setembro 2012 | 6 394 316,72 | 6 394 316,72 | 5 012 578,79 |
| Dezembro 2012 | 6 466 653,87 | 6 466 653,87 | 5 293 572,57 |
| Dezembro 2013 | 6 855 561,49 | 6 855 561,49 | 5 753 531,46 |
| Artigo 65.º da LOE 2012 | | | |
| Redução obrigatória | | | |
| Variação atingida | | | |
| Artigo 96.º da LOE 2013 | | | |
| Redução obrigatória | | | |
| Variação atingida | | | |

- ✓ Assim, o município do Alandroal tinha como objetivo reduzir o montante dos pagamentos em atraso e, porém, a situação agravou-se.
- ✓ O artigo 19º do Decreto-Lei 127/2012, que regulamentou a LCPA determina que conjuntamente com a prestação de contas os municípios devem proceder à junção de um mapa relativo ao plano de liquidação dos pagamentos em atraso.
- ✓ O mapa que se segue, elaborado já no decurso de 2014, apresenta o plano de pagamentos em atraso que o município tem vindo a cumprir desde janeiro de 2014.

| Pagamentos em atraso efetuados entre 01/01/2014 a 31/03/2014 | | | | | | |
|--|-----------|--------------------|-----------|--------------------|-----------|--------------------|
| Fornecedor | Janeiro | Ordem de pagamento | Fevereiro | Ordem de pagamento | Março | Ordem de pagamento |
| Contenur | | | | | 1 000,00 | 1011 de 17/3/2014 |
| Contenur | | | | | 1 142,25 | 1041 de 25/3/2014 |
| Messias E Irmaos, Lda | 9 013,00 | 64 de 17/1/2014 | 9 013,00 | 860 de 26/2/2014 | 4 484,73 | 1044 de 25/3/2014 |
| Marmebritas | 766,63 | 66 de 16/1/2014 | 766,66 | 861 de 26/2/2014 | | |
| BNP Paribas | 5 502,39 | 68 de 16/1/2014 | 5 502,39 | 867 de 26/2/2014 | 5 309,64 | 1046 de 21/3/2014 |
| BNP Paribas | | | | | 192,75 | 1232 de 28/3/2014 |
| Aguas do centro alentejo | 9 000,00 | 86 de 16/1/2014 | 9 000,00 | 1085 de 21/3/2014 | 9 000,00 | |
| Gertrudes dos Prazeres Rasteiro Neves | | | | | 6 000,00 | 1083 de 11/4/2014 |
| Archeoestudos | 1 254,00 | 96 de 20/1/2014 | 1 254,00 | | 1 254,00 | 1019 de 17/3/2014 |
| Teclasul | 4 576,96 | 72 de 17/1/2014 | 4 576,96 | 862 de 26/2/2014 | 4 576,96 | 1048 de 21/3/2014 |
| Repsol gas | 828,25 | 73 de 16/1/2014 | 828,25 | 852 de 26/2/2014 | 828,25 | 1050 de 21/3/2014 |
| Clitecnica | 798,31 | 74 de 17/1/2014 | 798,31 | 846 de 26/2/2014 | 798,31 | 1051 de 21/3/2014 |
| Norprint Artes Graficas | 880,86 | 75 de 17/1/2014 | 880,86 | 839 de 26/2/2014 | 880,86 | 1052 de 21/3/2014 |
| Plastidom | 394,93 | 76 de 17/1/2014 | 394,93 | 848 de 26/2/2014 | 394,93 | 1053 de 21/3/2014 |
| Sulcate peças | 397,31 | 738 de 5/2/2014 | 1 000,00 | 854 de 26/2/2014 | 1 000,00 | 1054 de 21/3/2014 |
| Project4you | 1 077,22 | 78 de 16/1/2014 | 1 077,22 | 851 de 26/2/2014 | 1 077,22 | 1055 de 21/3/2014 |
| Pirotecnic Oleirense | | | 731,82 | 838 de 26/2/2014 | 731,77 | 1079 de 25/3/2014 |
| Berner | 413,68 | 79 de 17/1/2014 | 410,00 | 840 de 26/2/2014 | 410,00 | 1058 de 21/3/2014 |
| Zon Lusomundo | 714,60 | 80 de 16/1/2014 | 500,00 | 841 de 26/2/2014 | 500,00 | 1059 de 21/3/2014 |
| Maria do Carmo Carrão | | | 512,50 | 842 de 26/2/2014 | 512,50 | 1060 de 21/3/2014 |
| Mondo Portugal | | | 806,30 | 843 de 26/2/2014 | 806,26 | 1061 de 19/3/2014 |
| simopeças | | | 782,76 | 858 de 26/2/2014 | 782,76 | 1062 de 25/3/2014 |
| Certikin | 673,60 | 81 de 17/1/2014 | 673,60 | 847 de 26/2/2014 | 641,64 | 1064 de 21/3/2014 |
| PH Informatica | 413,69 | 82 de 17/1/2014 | 413,69 | 849 de 26/2/2014 | 413,69 | 1065 de 21/3/2014 |
| Projecttime | 471,34 | 83 de 16/1/2014 | 471,33 | 850 de 26/2/2014 | 471,33 | 1066 de 21/3/2014 |
| Arlimoz | | | 564,77 | 844 de 26/2/2014 | 500,00 | 1067 de 25/3/2014 |
| Securitas | 302,17 | 84 de 16/1/2014 | 302,17 | 859 de 26/2/2014 | 302,17 | 1068 de 21/3/2014 |
| Aquino | 4 495,63 | 85 de 16/1/2014 | 4 000,00 | 845 de 26/2/2014 | 4 000,00 | 1070 de 25/3/2014 |
| Total/mês | 41 974,57 | | 45 261,52 | | 48 012,02 | |

- ✓ Certo é que o mapa está longe de integrar a totalidade dos compromissos em dívida, pois, conforme demonstrado ao longo do relatório e conforme reconhece a própria LFL a situação de desequilíbrio exige um plano de recuperação financeira a muito longo prazo.
- ✓ Acresce que, por violação das regras impostas nos últimos orçamentos de Estado as transferências do Orçamento de Estado para o município estão a ser objeto de retenção no montante de 20% (42.766 Euros por mês) que se destinam ao Fundo de Regularização Municipal, através do qual serão liquidadas dívidas por ordem de antiguidade.
- ✓ Importa finalmente analisar e prestar a informação sobre a evolução dos Fundos Disponíveis.

| Fundos Disponíveis 2013 (valores iniciais) | |
|--|-----------------|
| Janeiro | 1 357 309,74 € |
| Fevereiro | -3 588 850,40 € |
| Março | -3 670 588,30 € |
| Abril | -3 590 773,27 € |
| Maio | -3 107 065,29 € |
| Junho | -3 550 120,42 € |
| Julho | -4 341 529,50 € |
| Agosto | -4 681 780,70 € |
| Setembro | -4 700 722,54 € |
| Outubro | -4 845 893,08 € |
| Novembro | -5 000 839,70 € |
| Dezembro | -5 129 633,84 € |

4 - Aplicação de Resultados

- ✓ De acordo com o estabelecido no POCAL propõe-se que o resultado do exercício no montante de (-2.665.391,67€) seja transferido para resultados transitados.

Alandroal 15 de Abril de 2014

Saneamento Financeiro

O artigo 40º da Lei 2/2007, entretanto revogada, determinava que a Assembleia Municipal deve apreciar o relatório anual de execução do plano de saneamento financeiro.

Os dados do relatório evidenciam o não cumprimento do PSF. Ainda assim, a sua análise exige as notas seguintes.

| | [A] | | [B] | | [C] | | | [D] | | |
|-----------|----------------|-------------|----------------|--------------|----------------|--------------|--------------------|---------------------|--------------|---------------------|
| | Limites LFL | | Limites LOE | | Limites PSF | | | Verificado na Conta | | |
| | Líquido [1] | MLP [2] | Líquido [3] | MLP [4] | Líquido [5] | MLP [6] | Excecionado [7] | Líquido [8] | MLP [9] | Excecionado [10] |
| 2011 | 7.515.254 € | 6.012.203 € | 14.882.783 € | 12.643.528 € | 10.125.349 € | 11.854.570 € | 529.181 € | 17.034.600 € | 13.013.636 € | 433.139 € |
| 2012 | 7.360.514 € | 5.888.411 € | 14.667.602 € | 12.606.518 € | 9.147.157 € | 11.392.862 € | 494.545 € | 18.217.036 € | 12.617.756 € | 365.713 € |
| 2013 | 7.131.024 € | 5.704.819 € | 7.131.024 € | 5.704.819 € | 8.211.973 € | 10.020.480 € | 459.314 € | 20.513.260 € | 12.678.869 € | 292.486 € |
| Diferença | [D] - [A] | | [D] - [B] | | [D] - [C] | | | | | |
| 2011 | 9.519.346 € | 7.001.433 € | 2.151.817 € | 370.108 € | 6.909.251 € | 1.159.066 € | | | | |
| 2012 | 10.856.522 € | 6.729.345 € | 3.549.434 € | 11.238 € | 9.069.879 € | 1.224.894 € | | | | |
| 2013 | 13.382.236 € | 6.974.050 € | 13.382.236 € | 6.974.050 € | 12.301.287 € | 2.658.389 € | | | | |

No primeiro ano de execução, os desvios entre os valores previsto no PSA e o verificado divergiram em 7 milhões de euros no endividamento líquido, intervalo que se agravou para 9 milhões em 2012, evidenciando uma degradação de 31%, enquanto em 2013 o valor do incumprimento se agravou para 12,3 milhões de euros, mais 36% que em 2012 e mais 78% que em 2011. De igual modo a evolução do endividamento é semelhante. Por si só, este quadro evidencia a total incapacidade que o município demonstrou para cumprir minimamente a trajetória aprovada no PSF.

É certo que o quadro macro económico, suficientemente descrito do relatório contribuiu em boa medida para a dimensão do "GAP" verificado quer entre o PSF e o realizado, quer entre o definido na LOE. Certo é que a evolução, também já evidenciada no relatório, nomeadamente ao nível da evolução muito negativa do saldo primário tornam de todo impossível cumprir o PSF.

De referir, que o PSF previa uma amortização da dívida de MLP no montante de 741,5 mil euros mas que na sua execução o montante amortizado foi apenas de 427 mil euros, verificando-se assim um desvio de 42% entre o previsto e o executado. Esta incapacidade de amortização da dívida de médio e longo prazo encontra-se totalmente expressa na evolução do valor amortizado do próprio empréstimo de saneamento – apenas 7,5 mil euros para uma previsão de quase 500 mil euros. Ora esta situação tenderá a agravar-se profundamente a partir de 2014, ano em que o valor das

amortizações dos empréstimos sobe para 1,245 mil euros, valor ao qual se terá de acrescentar o montante de 570 mil euros do curto prazo não satisfeito.

Trata-se de um quadro impossível de concretizar, que impõe novas e drásticas medidas planeadas, definidas e controladas num cenário de longo prazo.

Alandroal 15 de abril de 2014